NOTÍCIAS AFRICANAS 24

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 16 A 22 DE AGOSTO DE 1993

ANGOLA

Negociações de novo em Abidjan?

Abidjan poderá vir a ser novamente a sede de negociações entre o governo angolano e os rebeldes da Unita. Abidjan III (já houve duas rodadas de conversações na ex-capital da Costa do Marfim) poderá ter início antes de 15 de setembro, data-limite que o Conselho de Segurança deu à Unita para acatar as suas resoluções.

A iniciativa da escolha de Abidjan coube à Unita mas o governo de Luanda adiantou que estava "disposto a assinar o protocolo de Abidjan", referindo-se ao documento proposto pelos mediadores – Estados Unidos, Rússia e Portugal – nas útimas negociações e que a Unita recusou a assinar.

O aparente fracasso da prometida ofensiva final sobre Cuíto, capital provincial do Bié; a ofensiva das Forças Armadas Angolanas contra o Huambo; e a retomada de alguns pontos estratégicos são fatores internos que levaram Savimbi a ir para as negociações antes da data-limite do Conselho de Segurança. Entre os fatores externos recentes, está o levantamento do embargo por Londres – que deve, em breve, vender helicópteros para Luanda – e que deverá ser seguido por Paris.

Outro indício de negociações próximas foi o regresso antecipado a Luanda do representante do secretário geral da ONU para Angola, o maliano Alioune Beye. No entanto, a data definitiva só será anunciada oficialmente quando os mediadores considerarem reunidas as condições mínimas de êxito.

Até agora, no entanto, a Unita continua a condicionar um acordo de cessar-fogo à criação e envio para Angola de uma força de interposição da ONU que se colocaria entre os contendores, mantendo a situação militar no terreno como está atualmente. O governo angolano e os mediadores recusam essa proposta porque ela representaria deixar intacta a máquina de guerra da Unita.

José Maria Nunes Pereira

NESTA EDIÇÃO

ÁFRICA
- **África refém das profecias e do ostracismo (Pág. 2)**

MOÇAMBIQUE
- **Desmobilizados amotinam-se (Pág. 3)**
- **Renamo ameaça Chissano (Pág. 3)**
- **ONU salva processo (Pág. 5)**
- **Crise política agrava-se (Pág. 5)**

ÁFRICA DO SUL
- **Bases contestam Mandela (Pág. 7)**
- **O 'factor Savimbi' (Pág. 7)**

ANGOLA
- **Por um punhado de diamantes (Pág. 8)**
- **"Ofensiva é temporária" (Pág. 10)**
- **Prova de fogo para Marcolino (Pág. 11)**
- **Pressão das FAA no Huambo (Pág. 11)**
- **Ex-comando português treina tropas especiais (Pág. 13)**
- **Huambo debaixo de fogo (Pág. 13)**

Tome nota

- **A criação na África do Sul de uma força de segurança multipartidária** está sendo objeto de negociações em Joanesburgo. Ela terá dez mil homens, provenientes da polícia do governo, de soldados dos bantustões e de ex-guerrilheiros, sobretudo do ANC. Isso significa colocar lado a lado velhos inimigos, que deverão, em conjunto, patrulhar as ruas das cidades e bairros negros e evitar a continuação dos massacres ocorridos nos últimos anos. Essa força de segurança servirá também de apoio ao futuro governo transitório, que nos próximos meses deverá preparar as eleições no país e reestruturar a administração local e regional.

- **O governo angolano só aceitará negociar se a Unita assinar o protocolo de Abidjan.** Caso contrário, ele deverá aumentar a sua ofensiva militar, que já está apresentando êxitos (aproximação de novas tropas nas proximidades das cidades de Corcudas, Cuíto e Huambo; uso de paraquedas automáticos, de fabricação francesa, no apoio logístico a essas cidades; além do desembarque de grandes quantidades de armamentos). É possível, inclusive, que os norte-americanos já estejam fornecendo às FAA informações obtidas por satélites sobre os movimentos das tropas da Unita. Internamente, contudo, o governo vem sofrendo duras críticas de um grupo mais crítico do MPLA, devido à elevação incontrolada do custo de vida e do envolvimento de membros do governo e das FAA na corrupção.

- **Chissano se opõe a uma opção militar**, resistindo tanto aos "duros" das Forças Armadas quanto aos da Frelimo. A idéia de uma "opção militar" tem origem nas ameaças feitas pelos rebeldes e na convicção de que a Renamo seria um "tigre de papel". Chissano, no entanto, tem o apoio da maioria dos militares e dos políticos do seu partido. Aliás, uma centena de militares do governo e da Renamo já está sendo conjuntamente treinada por instrutores britânicos no Zimbábue. (JMNP)

África refém de profecias e do ostracismo

Ásia e África saíram do colonialismo há 40 anos, com condições de vida semelhantes. A Ásia progrediu por razões que a África gostaria sem dúvida de imitar. Com o fim da guerra fria, África encontra-se atrás da Europa de Leste. Sem as divisas de saldos positivos nas balanças comerciais, a África vai ficando para trás

Kenneth Kaunda*

EXPRESSO, 7 8 93

A ACTUAL crise na Nigéria, onde o regime militar do Presidente Ibrahim Babangida anulou as eleições de 12 de Junho e recusou ceder o poder ao popular homem de negócios eleito, Moshood Abiola, é um dos sinais das dificuldades que a África inteira atravessa.

A impotência do maior país deste continente simboliza a impotência e o sofrimento da própria África, enquanto luta por implantar uma democracia sólida e duradoura. A experiência da Nigéria demonstra que as práticas democráticas não pegam facilmente no empobrecido solo económico da África contemporânea.

Todos aqueles que, nas últimas quatro décadas, têm lutado pela liberdade e pela independência em África, apercebem-se agora que sem democracia não pode haver verdadeira estabilidade. Para mim, democracia significa transferência legítima do poder, resultante de eleições por sufrágio universal e directo, baseadas na mais bonita das invenções políticas, o voto secreto.

Claro que todos sabemos que sem estabilidade não pode haver desenvolvimento auto-sustentado. Mas o que nos impede de sair deste ciclo vicioso de golpes e estagnação é a nossa incapacidade de fugir aos ecos malditos do passado colonial, reforçado pela falta de vontade dos antigos senhores coloniais e dos seus aliados para abrir os seus mercados aos nossos artigos manufacturados, principalmente numa altura em que estes produtos estão a ser avaliados a níveis inferiores ao seu verdadeiro custo. Além disso, espera-se que a África siga as regras da nova ordem económica mundial, afinal tão difíceis de aceitar pelo Grupo dos Sete países mais ricos no âmbito das negociações do GATT.

Neste contexto, o denegrir sistemático de África também não ajuda. Quando as pessoas em geral dizem «encontrem os culpados e matem-nos», isso mostra bem como o resto do mundo vê a África hoje em dia. Quando não é ignorada, a África é normalmente apresentada pelos meios de comunicação ocidentais como um «inválido», um continente perdido, cheio de crianças famintas, cuja única esperança é a ajuda benevolente do Ocidente.

Esta é uma impressão falseada, que não dá conta da diversidade africana e do seu verdadeiro potencial. Esta visão de África não contribui para nos ajudar a atingir um desenvolvimento auto-sustentado. Pelo contrário, pelo ostracismo a que dá origem, essa visão poderá levar a que se cumpra a profecia que afirma que nunca será possível erradicar de África a miséria e a ditadura.

Os africanos questionam-se muitas vezes sobre esse ostracismo. Na Segunda Guerra Mundial, a Alemanha e a Itália lutaram contra os aliados. Quando a guerra acabou, beneficiaram do Plano Marshall. Os africanos lutaram e morreram na guerra pelos aliados. Mas a África não beneficiou de nada.

Agora, o Ocidente está a ajudar a reconstrução da Rússia, o seu inimigo na guerra fria. Exceptuando a África do Sul, onde se trava a batalha final contra a persistente herança colonial, as terríveis guerras civis que trouxeram instabilidade ao continente, como a da Somália ou do Sudão, são apenas consequência dessa guerra fria, durante tanto tempo mantida pelos grandes rivais.

Contudo, onde é que hoje se realizam cimeiras para discutir a reconciliação em África? Onde estão os biliões de dólares que deveriam cá chegar? Como a África foi apenas retaguarda e não linha da frente da guerra fria, ao contrário da Europa e a Ásia, significa isso que já não devemos ser tomados em conta? Já deveríamos saber que os peões são atirados fora quando o jogo acaba.

E tudo isto num continente abalado como nenhum outro por um traumático comércio intercontinental de escravos. Durante o período da escravatura, milhões e milhões de africanos deram as suas vidas e força de trabalho para construir a infra-estrutura, não de África, mas da América — e gratuitamente. Os nossos recursos minerais alimentaram as fundições da prosperidade europeia.

Embora tenha sido sempre concedida uma generosa ajuda aos antigos adversários para reconstruírem os seus países, da África espera-se que, tal como Rodney King, se levante depois da pancada, apta a competir no mercado mundial com os tigres asiáticos.

É verdade que a Ásia e a África saíram do colonialismo há 40 anos, com condições de vida semelhantes. A Ásia progrediu por razões que a África gostaria sem dúvida de imitar: soube criar uma mão-de-obra qualificada e uma classe empresarial capaz de absorver e utilizar tecnologia e investimento; com a Revolução Verde tornou-se auto-suficiente em produtos alimentares e em seguida diversificou os seus artigos para exportação, lançando as bases para a diversificação da indústria.

As políticas económicas da Ásia encorajaram a poupança e atraíram o investimento estrangeiro. E, claro, a injecção maciça de dólares americanos em países como a Coreia do Sul, Taiwan e Singapura, onde os EUA tinham bases militares, não foi certamente menos importante para o seu progresso económico.

Além disso, desde o fim da guerra do Vietname e da revolução cultural da China, a Ásia tem gozado de uma estabilidade política duradoura, apoiada na influência confucionista e, em muitos casos, na unidade racial que se verifica nos diversos países da região. A este respeito, não poderia haver maiores diferenças em relação à realidade africana.

Tribos inteiras, como os lunda, que vivem em países que são hoje conhecidos como Zâmbia, Angola e Zaire, foram dispersas por diversos Estados cujas fronteiras foram definidas na Conferência de Berlim de 1893-94, com o objectivo de dividir as matérias-primas pelas potências europeias. Nunca foi tomada em consideração a coesão das nacionalidades afectadas.

A Ásia dispõe também de grandes mercados internos e conseguiu a prosperidade através da exportação para o mercado americano, que se lhe abriu. Em contraste, os Estados africanos têm pequenos mercados internos e o esforço para exportar produtos manufacturados, como os artigos de cobre da Zâmbia, depararam com o proteccionismo europeu. Com o fim da guerra fria, a África encontra-se atrás da Europa de Leste, à qual estão igualmente fechados os lucrativos mercados da Comunidade Europeia. Sem as divisas resultantes de saldos positivos nas balanças comerciais, que permitiriam a compra dos instrumentos necessários ao desenvolvimento, a África vai ficando cada vez mais para trás.

Ao mesmo tempo, quando a América e a Europa se preparam para guerras comerciais sobre subsídios agrícolas, recusando-se a reduzi-los devido ao peso político dos seus lavradores, a economia neoliberal chega a África com a marca da velha mentalidade colonial.

Na Zâmbia, os subsídios são muito mais importantes para a sobrevivência dos nossos camponeses do que o são para os agricultores europeus. Os nossos camponeses são em geral pessoas de poucos conhecimentos (não transformam bens alimentares) e as nossas herdades vivem do trabalho intensivo. Contudo, pressionado pelos funcionários de organizações de auxílio enviados por governos ocidentais e por instituições de crédito internacionais, o actual Governo da Zâmbia, por exemplo, eliminou os subsídios agrícolas.

Qual foi o resultado? Os agricultores brancos mais racistas e conservadores da África do Sul, fugindo do provável regime de maioria nesse país, estão a regressar à Zâmbia com capital para explorar as nossas terras, enquanto os nossos camponeses cortam madeira e regam as propriedades desses senhores como trabalhadores à jorna. A maioria desses agricultores brancos saiu da Zâmbia para África do Sul quando nos tornámos independentes, porque não podia suportar a ideia de viver e trabalhar com um governo de maioria negra.

Acreditem, este tipo de esquemas não constitui qualquer base para uma democracia e um desenvolvimento sustentados em África. Ao contrário, é uma receita segura para novas convulsões.

Por todas estas razões, estou convencido de que África não conseguirá enveredar por uma nova vida enquanto não deitar o passado para trás das costas. Só encontrando a sua identidade poderá alterar o seu destino de continente perdido. (...)

** Presidente da Zâmbia entre 1964 e 1991*

Exclusivo EXPRESSO/ /Los Angeles Times Syndicate

Tradução de Rita Macedo

Desmobilizados amotinam-se

PÚBLICO, 4.8.93

DESMOBILIZADOS das forças armadas moçambicanas protagonizaram ontem distúrbios e pilhagens no mercado de Xipamanine, arredores do Maputo, exigindo a satisfação das suas reivindicações. Fortes efectivos da polícia de intervenção acorreram ao local, não se registando confrontos, mas o clima de instabilidade manteve-se durante todo o dia, com a presença de forças de segurança em vários pontos, em particular junto dos mercados.

Expirava ontem o prazo dado pelos ex-militares ao Governo do Presidente Joaquim Chissano para a satisfação das suas exigências. Segunda-feira, uma comissão dos desmobilizados esteve reunida com o Procurador-Geral da República, Eduardo Mulembwe, numa última tentativa para evitar a crise.

Mulembwe informou então os ex-militares de que Chissano já estava de posse do caderno reivindicativo dos antigos efectivos da sua Casa Militar; os signatários concediam ao Governo um prazo para resolver o problema, após o que assaltariam mercados e estabelecimentos comerciais.

O Procurador comunicou aos desmobilizados que o Presidente estava preocupado com a questão e prometeu solucionar o problema. Eduardo Mulembwe pediu-lhes que prorrogassem o prazo dado ao Governo. E embora o pedido tenha sido aceite pela comissão, pairava ontem a incerteza quanto ao significado real do acordo junto das bases dos revoltados, que vivem um clima de grande excitação.

Os desmobilizados afectos à Casa Militar da Presidência amotinaram-se em Março, no quartel de Magoanine, exigindo o pagamento de um aumento salarial de 23 por cento com efeitos retroactivos a oito meses. Exigem também a nomeação de uma comissão de inquérito para averiguar do paradeiro de camaradas alegadamente mortos durante as manifestações de Março e que se encontrariam enterrados em valas comuns nas proximidades de Magoanine, arredores a norte de Maputo.

Renamo exige governadores

Entretanto o processo de paz conhece novos percalços. O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, recebeu do Conselho Nacional (CNR) do movimento rebelde moçambicano plenos poderes para rejeitar quaisquer propostas no âmbito do processo de paz a menos que o Governo abra mão de cinco governos provinciais.

A nova reivindicação da Resistência Nacional Moçambicana, anunciada ontem pela rádio nacional, foi decidida segunda-feira, numa reunião alargada do CNR, na Gorongoza, província de Sofala. Aquela instância decidiu que "o acantonamento e a desmobilização dos soldados passará pela solução do problema da administração".

"A Renamo deu plenos poderes a Dhlakama para rejeitar qualquer pretensão relacionada com o processo de pacificação e democratização que exclua a divisão da administração de Moçambique", citou a emissora.

A reivindicação de que sejam entregues a membros da Renamo os cargos de administradores dos distritos que controla e os postos de governadores das províncias em que afirma deter a maioria do território fora já formulada há algumas semanas pelo líder da Renamo. A exigência fez malograr então o encontro previsto para 17 de Julho entre Dhlakama e o Presidente Joaquim Chissano quando as partes não se entenderam sobre a agenda da reunião.

A Renamo, segundo a rádio oficial, prometeu ainda não ficar por aqui e avisou que vai convocar uma "greve geral pacífica e nacional" contra o que qualificou como "as más atitudes do Governo. Os países observadores do processo de paz condenaram entretanto as recentes violações ao cessar-fogo, sublinhando a sua oposição à utilização da força na reocupação de áreas, pela Renamo, após a assinatura do acordo de paz, em Roma.

José Pinto de Sá, em Maputo

Renamo ameaça Chissano

PÚBLICO, 5 8 93

A RENAMO endureceu ontem, em comunicado distribuído em Maputo, a sua posição face aos ataques perpetrados pelas forças governamentais contra as zonas que alegadamente ocupa, ameaçando atacar alvos estratégicos se as operações persistirem.

O documento, assinado por Raul Domingos, chefe do Departamento Político da Resistência Nacional Moçambicana e representante da organização na Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), afirma que as tropas governamentais atacaram, depois de 29 de Julho, uma base do movimento rebelde na província de Gaza.

Renamo e Governo concordaram terça-feira, numa reunião de urgência da CSC, presidida pelo representante das Nações Unidas, o italiano Aldo Ajello, que não havia "espaço para o uso unilateral da força".

No mesmo dia em que a Renamo avisava o Governo do Presidente Joaquim Chissano contra a continuação dos ataques às suas posições, aliás já condenadas pelos observadores internacionais do processo de paz, o Executivo rejeitava a pretensão rebelde em ver cinco províncias administradas por governadores seus.

"É uma questão que está completamente fora do acordo geral [de Roma] e é estranha ao processo de paz", disse o representante do Governo na CSC, o ministro do Trabalho Teodato Hunguano. A Renamo condicionou no princípio da semana o acantonamento e a desmobilização das suas forças à aceitação da sua exigência.

Por outro lado, os desmobilizados da Casa Militar do Presidente Joaquim Chissano, que ameaçaram provocar distúrbios na capital caso as suas reivindicações — nomeadamente salariais — não fossem satisfeitas, decidiram adiar, para data indeterminada, o ultimato que lançaram ao

Hoping for peace

THE ECONOMIST, 7.8.93

FROM A SPECIAL CORRESPONDENT IN ZAMBEZIA PROVINCE

HUNG from trees, portraits of the rebel leader, Afonso Dhlakama, announce this part of rural Mozambique as Renamo country. A rag-tag band of his young fighters quickly surrounds visitors to the tropical woodland, rapidly being resettled after a decade of civil war. Many no more than boys, they sport shreds of camouflage uniforms, Renamo badges, tribal charms and amulets. They ask for cigarettes and food.

Thanks to the ceasefire, only a few rifles are seen. But others are stored nearby. A couple of miles away is a camp of the Frelimo government's army. Neither force has yet gone to the UN assembly points where the soldiers are supposed to be disarmed; neither wants to disarm first. So the fragile transition to peace, and then, supposedly, to democracy, is months behind schedule. Zambezia province, like most of Mozambique, sits uneasily between violence and calm. "It is like living with a knife at your throat," says a Renamo commander, referring to the tense co-existence between the two ex-enemies that are still rival armies.

It sounds alarmingly like the stalemate that led Angola, another ex-colony of Portugal, back to civil war. Can Mozambique do better? It may. Renamo, formerly supported by the South African government, has a frightening reputation for mutilations and massacres, but it has largely respected the ceasefire. Talk to the young rebel fighters, and their bosses, and they tell you they are committed to peace. Their Frelimo rivals say the same. All want peace, and blame the delay in demobilising them on the politicians. Even the poorest Mozambican peasant has heard of what happened in Angola, and fears the same.

True, the joint Frelimo-Renamo committees that are meant to oversee the transition have worked at snail's pace. Elections, previously scheduled for later this year, have been pushed back to October 1994. Yet some observers think delay may be a good thing, giving the two sides time to reach agreement on the shape of a democratic future—what sort of constitution, with how much regional autonomy—rather than rushing to the polls with disputes unresolved.

Another reason for cautious optimism is that the UN has a stronger mandate in Mozambique than Angola, and a bigger team. Their leader, Aldo Ajello, an Italian, is not only well in touch with President Joaquim Chissano, but last week spent two days with Mr Dhlakama at his mountain headquarters. This seems to have paid off. Renamo released a list of its soldiers and weapons, a first step towards demobilisation. This week it sent 50 officers to Zimbabwe for joint training alongside 50 Frelimo officers, under British instruction. These 100 men should become the core of an integrated, politically neutral army.

The biggest difference between Angola and Mozambique is Mr Dhlakama himself, whose boyish charm unnerves those who know only the deserved reputation of his guerrillas. His rebel counterpart in Angola, Jonas Savimbi, said before that country's election last year that, if he lost, it would mean it was rigged, and he would return to war—as he did. Mr Dhlakama says he could accept defeat at the polls, so long as he and Renamo had a role as the political opposition.

Nervosismo aumenta

EXPRESSO, 7.8 93

INCIDENTES esporádicos e dispersos e uma «maré» de rumores agravaram, desde terça-feira, o clima de tensão e ansiedade em Moçambique, em cuja capital eclodiram actos isolados de saques e agressões, que a Polícia rapidamente atribuiu a «marginais» que «pretendem manchar» os antigos guardas de Joaquim Chissano e família.

Os incidentes começaram exactamente na data limite do ultimato feito ao Governo pelos amotinados da Casa Militar da Presidência da República, que em Março último se rebelaram ao serem desmobilizados, e que ameaçavam desencadear acções violentas se as suas reivindicações, sobretudo de ordem pecuniária, não fossem satisfeitas.

Os incidentes estão a gerar uma onda de rumores e boatos. Alguns comerciantes, na sua maioria indianos, receberam telefonemas anónimos com ameaças e muitos, temendo assaltos, retiram as mercadorias das montras ou mantêm-nas encerradas.

A Polícia tomou medidas excepcionais, embora discretas, e todos os dias são realizados encontros no Comando da Polícia da Cidade de Maputo e em todas as esquadras, para fazer o «ponto da situação» e concertar estratégias, segundo fonte policial.

O presidente da Associação dos Desmobilizados de Guerra (Amodeg) — que prossegue negociações com a Presidência e a Procuradoria da República — afirmou que os desmobilizados nada têm a ver com os assaltos e pediu para que fossem integrados membros seus nas acções de perseguição aos assaltantes.

Nos últimos dias, são frequentes relatos de acções aparentemente relacionadas com o descontentamento de militares e forças paramilitares do Governo. Na Província da Zambézia, soldados armados governamentais estão a desencadear pilhagens em propriedades agrícolas, alegadamente por falta de alimentos no quartel. Também membros da força paramilitar «Naparamas» provocaram distúrbios na mesma província, exigindo do Executivo o pagamento dos salários e o acantonamento.

Estes incidentes apenas vêm contribuir para agravar o ambiente tenso que se vive, devido ao aumento do custo de vida e aos fracos avanços do processo de paz, no qual Frelimo e Renamo hesitam em dar o passo agora esperado por toda a sociedade civil — o acantonamento e a desmobilização dos combatentes.

Muitos observadores esperam no entanto, para breve, avanços no diálogo Renamo-Frelimo, depois do muito propalado encontro entre o Presidente Joaquim Chissano e o líder dos rebeldes, Afonso Dhlakama, que agora parece estar decididamente marcado (ainda que não oficialmente) para a próxima semana.

Reinaldo Chilengue
correspondente em MAPUT

O teatro pela paz, podia ser o nome de uma ampla operação, a ser lançada em Moçambique nos próximos dias, com o objectivo de preparar a reintegração social dos soldados governamentais e guerrilheiros da Frelimo. O grupo Mutumbela Gogo — bem conhecido em Portugal, onde actuou em diversas ocasiões — pretende formar colectivos nas diversas províncias, transpondo para as línguas regionais uma peça do escritor Mia Couto. A peça será depois apresentada nos cerca de quarenta centros de acantonamento espalhados pelo país. Este projecto, que conta com o apoio financeiro da Comunidade Europeia, é muito semelhante a um outro, da Companhia Nacional de Canto e de Dança, uma estrutura dependente do Ministério da Cultura; porém, enquanto a peça dos Mutumbela Gogo tem por destinatários apenas os antigos combatentes, a Companhia Nacional de Canto e Dança montou um espectáculo para todo o público, estando já em digressão pelo interior do país.

Ainda em Moçambique, o receio de que o processo de paz possa descarrilar, à semelhança do que aconteceu no caso angolano, tem vindo a unir a sociedade civil em torno de vários projectos: na última semana, um grupo de intelectuais lançou o Movimento para a Paz, reunindo estruturas como a Associação de Escritores Moçambicanos, a Associação dos Músicos de Moçambique e a Organização Nacional dos Jornalistas. Um grande número de artistas, entre os quais Hortênsio Langa, Stuart e Elvira Viegas — nomes conhecidos da música popular urbana de Moçambique —, juntaram-se para produzir uma cassete, "Todos pela Paz", com dez temas de apelo à reconciliação nacional.

PÚBLICO, 8 8 93

Moçambique prepara mini-FACIM/93

EXPRESSO, 7 8 93

A FEIRA Internacional de Maputo (FACIM), que já foi uma das maiores de África, tem a sua edição deste ano irremediavelmente frustrada. Será a pior de sempre, com a participação de apenas quatro países, incluindo Portugal.

Longe de reeditar o recorde de 40 presenças em 1978, a 29ª edição da FACIM, que encerrará a 5 de Setembro de 1993, tem apenas confirmadas as presenças de Portugal, França, EUA e República da África do Sul, contra um total de 11 países participantes no certame de 1992.

Este desaire vem demonstrar que as expectativas criadas em torno da próxima FACIM/93 — a primeira em tempo de paz, nos últimos 18 anos em Moçambique —, muitas vezes expressas em público pelo director-geral da Feira Comercial de Maputo, Américo Magaia, foram, afinal, em vão.

Uma fonte da direcção da FACIM disse ao EXPRESSO que o actual desinteresse, particularmente por parte dos agentes económicos estrangeiros, se deve ao «pessimismo político» que se vive no país. A organização da feira mostra-se especialmente angustiada com as ausências, já confirmadas, da Itália, Alemanha, Brasil e Rússia, tradicionais participantes no certame.

O Zimbabué, a Tanzânia e a Zâmbia, países membros da chamada «linha da frente», também estarão ausentes da FACIM/93, pondo de lado o que é considerado nos meios político-económicos locais como «presenças meramente políticas».

Exibindo uma vasta gama de produtos de 40 exportadores, Portugal manterá praticamente o mesmo nível de participação, desde 1984. No Dia de Portugal, em 2 de Setembro, deverá estar presente na feira, tal como na edição anterior, o secretário de Estado do Comércio Externo português, António de Sousa.

A delegada do Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP) em Moçambique, Ana Maria Koeler, afirma que «está tudo bem» — e que a presença lusa no evento reflecte o actual estágio do relacionamento económico entre Maputo e Lisboa.

A «ofensiva» de Pretória

A África do Sul não perde a oportunidade de exibir os seus músculos de potência económica regional e, segundo fonte da FACIM, marcará uma presença «bem forte» na edição deste ano.

As primeiras movimentações dos sul-africanos após a independência de Moçambique ocorreram em 1986, antes da morte de Samora Machel. Foi nessa altura que um grupo de 11 empresários da Loweveld Liason Commitee, liderados por Schalk Van Schalkwyk visitou a 22ª edição da feira, com o objectivo declarado de «furar» as severas sanções económicas contra a África do Sul. Em 1992, Pretória teve a sua primeira participação formal na feira.

Em 1991 e 1992 (até Setembro), a África do Sul exportou para Moçambique produtos diversos no valor de, respectivamente, 690 milhões e 469 milhões de rands. De Moçambique, importaram os sul-africanos, no mesmo período, mercadorias no valor de apenas 38 milhões e 35 milhões de rands, respectivamente.

Florêncio Nhantumbo referiu que os empresários estrangeiros estão «inquietos», particularmente devido à letargia do Acordo Geral de Paz. «A linguagem belicista de alguns políticos assusta os empresários», acrescentou, numa aparente alusão aos dirigentes da Renamo.

Os empresários moçambicanos também estão a pautar-se por uma fraca participação no certame deste ano, tendo preenchido apenas 70 por cento do espaço que lhe é reservado.

Reinaldo Chilengue
correspondente em MAPUTO

PAZ DIFÍCIL EM MOÇAMBIQUE

ONU SALVA PROCESSO

Aldo Ajello, o chefe da ONUMOZ em Moçambique, mostrou esta semana que tem o peso necessário para arbitrar o processo de paz.

● TERESA LIMA (texto) e José Cabral (fotos), em Maputo

SÁBADO, 6-12 8.93

A tensão subiu ao rubro nos últimos dias em Moçambique quando a RENAMO boicotou sucessivamente o início dos trabalhos da reunião de consulta do Governo com os partidos políticos acerca do anteprojecto da lei eleitoral.

Em simultâneo, pesavam tanto sobre as tropas governamentais quer sobre os militares da RENAMO acusações de graves violações do cessar fogo, incluindo ocupação de territórios.

Aldo Ajello viria a desbloquear o impasse quanto ao recomeço dos trabalhos da reunião multipartidária, trazendo a RENAMO de novo para o fórum de debate na passada segunda-feira.

Estava tudo a postos e com a concordância dos 12 partidos da "oposição não armada", do Governo e também da RENAMO, que havia já entregue ao Ministério da Justiça as suas críticas ao ante- projecto, para que a reunião multipartidária, já com um atraso de três meses, iniciasse os seus trabalhos no passado dia 27 de Julho.

À última hora a RENAMO apresentaria novas exigências num encontro preliminar onde estava em discussão a metodologia do debate, contida num documento aprovado em Junho por todos os partidos, incluindo a organização de Afonso Dhlakama.

A RENAMO exigia que da reunião de consulta deveria sair já o documento final da lei eleitoral o qual seria depois aprovado, sem emendas, pela Assembleia da República.

Argumentando que tal prática constituía uma violação à Constituição da República, o ministro da Justiça, Ossmane Ali Dauto, acabou por aceitar a "proposta" da RENAMO. Ao cabo de várias horas de discussão o representante da RENAMO neste encontro apresentou um novo obstáculo: o Governo deveria custear as despesas dos quatro convidados da RENAMO à multipartidária.

Depois de consultar Aldo Ajello , Ali Dauto informaria que a conferência era custeada pelos países nórdicos e que a RENAMO poderia ir buscar dinheiro ao *Trust Fund* criado pela ONU. Quando todos os partidos se preparavam para assinar o documento sobre a metodologia, o representante da RENAMO declinou juntar-se aos restantes afirmando a necessidade de consultar os seus superiores.

Face ao novo impasse o ministro da Justiça viria a supender o encontro, reagindo contrariado às posições da RENAMO: "Já dei os sapatos, já dei as peúgas, mas as calças eu não dou", afirmou, dirigindo-se ao representante da RENAMO no encontro. No dia seguinte a RENAMO assinava o documento da metodologia e a multipartidária ficava marcada para o dia 29 de Julho.

Num discurso duro e sem ambiguidades, o representante especial da ONU em Moçambique pôs os pontos nos iis quanto às responsabilidades do Governo em custear as despesas da RENAMO, nesta fase de transição, socorrendo-se do Protocolo III do Acordo de Paz, o qual preconiza que o Executivo de Maputo podia pedir apoio à comunidade internacional para providenciar apoio logístico à outra parte: assim foi criado um *Trust Fund* para apoiar a RENAMO na sua transformação em partido político.

Um outro fundo para financiar os restantes partidos políticos será criado apenas após a aprovação da lei eleitoral. Aldo Ajello dava assim o recado à RENAMO, acrescentando que se a comunidade internacional está interessada em apoiar o processo de paz em Moçambique, está também muito preocupada pelos atrasos acumulados até agora.

No próximo dia 18, Aldo Ajello vai apresentar um novo relatório ao secretário geral das Nações Unidas . "O Conselho de Segurança gostaria de ver progressos e espero poder mostrar (...) que o Parlamento moçambicano já aprovou a lei eleitoral e que já terá sido criada a Comissão Nacional de Eleições", diria Ajello no seu improviso na abertura da reunião de consulta do Governo com os partidos políticos.

Ajello afirmou ainda a sua esperança no processo de Moçambique, sublinhando a enorme responsabilidade deste país pe-

Continua na pág. 6

Crise política agrava-se

PÚBLICO, 9 8 93

O CLIMA político moçambicano agravou-se consideravelmente nas últimas semanas e os mais recentes desentendimentos entre o Governo e a oposição colocam em risco o próprio Acordo-Geral de Paz assinado no ano passado em Roma e fazem pairar de novo o espectro da guerra.

Acusando as forças governamentais de terem tomado uma base do seu movimento a Norte da estância balnear do Bilene, na província de Gaza, o representante da Renamo na Comissão de Cessar-Fogo, Raul Domingos, afirmou que, "a continuar este tipo de acções, a Renamo não irá se manter de braços cruzados".

Reagindo à ameaça de destruição de "um alvo estratégico da Frelimo", o representante especial de Butros-Ghali em Moçambique, Aldo Ajello, apelou à resolução dos diferendos através de mecanismos inscritos no Acordo Geral e preveniu que uma forte acção da antiga guerrilha contra o regime significaria o fim do texto assinado em Roma.

A Frelimo, por seu turno, considerou que as ameaças da Renamo põem em causa a essência e a razão de ser do acordo de paz. E observadores políticos consideram que o alvo mencionado por Domingos poderia ser o próprio Presidente Chissano, aglutinador das várias tendências existentes no partido governamental.

Renamo e Frelimo já trocaram numerosas acusações de violação do cessar-fogo, a mais grave dizendo respeito a alegadas provocações de tropas governamentais às forças de Dhlakama na província de Tete, no princípio de Julho.

Quanto à Comissão Eleitoral nem sequer está formada e a sua composição levantou acesa polémica na conturbada conferência multipartidária para debate da futura lei eleitoral e levou a nova suspensão dos trabalhos. Ajello zangou-se com os partidos e repetiu que "o anteprojecto de lei deve ser aprovado antes do fim deste mês".

Os políticos têm encontrado muito mais dificuldades em entender-se do que os militares, pois que soldados da Frelimo e da Renamo já estão a ser conjuntamente treinados por instrutores britânicos na base de Nyanga, no Zimbabwe. Difícil é também a administração territorial: a Renamo exige cinco dos 10 governadores provinciais, mas o Governo contesta, dizendo que o partido de Afonso Dhlakama não tem de forma alguma a vasta implantação que alega ter.

No plano social, os militares desmobilizados fizeram um ultimato ao Governo, ameaçando desencadear acções violentas em defesa das suas reivindicações. E até mesmo os jardineiros municipais estiveram em greve vários dias, com sequestro do responsável pelo sector. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

África do Sul

Tiroteio em funeral

PÚBLICO, 5 8 93

POLÍCIAS e atiradores não identificados envolveram-se ontem, em Katlehong, uma cidade negra de Joanesburgo, em intenso tiroteio quando as forças de segurança interceptaram um veículo que transportava armas durante o funeral de cinco pessoas.

Cerca de sete mil pessoas acompanhavam os féretros de cinco das vítimas dos violentos confrontos raciais de um dos fins de semana mais violentos da África do Sul quando ocorreu a troca de tiros. A polícia não anunciou logo a existência de vítimas.

A violência registada nos últimos cinco dias nas cidades negras situadas a leste de Joanesburgo causou pelo menos 141 mortos, anunciou um porta-voz das forças de segurança, num novo balanço dos incidentes entre simpatizantes do Congresso Nacional Africano (ANC) e do Inkhata (Partido da Liberdade, zulo).

O dirigente histórico do ANC, Nelson Mandela, de visita a diversos países asiáticos, acusou ontem, durante uma conversa telefónica com o Presidente Frederik de Klerk, as forças de segurança sul-africanas de estarem implicadas nas violências. E pediu uma reunião urgente com o Presidente sul-africano.

Para o dirigente zulu, Mangosuthu Buthelezi, citado pela Reuter, a situação do país pode degenerar numa "guerra civil" se o Inkhata for obrigado a aceitar as conclusões federalistas do World Trade Center. Mas um porta-voz da organização disse que o Inkhata poderá juntar-se às conversações sobre a democracia "dentro de três semanas". ■

A contenção da violência na África do Sul dentro de limites que proporcionem a continuação do diálogo parecia depender ontem, para De Klerk, da formação de uma força mista de "manutenção da paz", uma ideia já rejeitada pela direita, e para Nelson Mandela, da formação de uma "força internacional". ■

Violência racial

PÚBLICO, 5 8 93

CINQUENTA E DOIS mortos é o saldo dos confrontos entre residentes zulus de uma residência de imigrantes, habitantes e polícias nas cidades negras próximas de Joanesburgo, no fim-de-semana, anunciou ontem a polícia sul-africana. Os incidentes mais graves ocorreram no sábado à noite, na cidade negra de Tembisa, onde pelos menos 30 pessoas foram mortas por cerca de 200 zulus armados. Outro dos palcos dos confrontos foi a cidade de Thokoza, onde morreram pelos menos 22 pessoas. ■

Continuação da pág. 5

ONU SALVA PROCESSO

rante todo o continente africano. "Devo dizer que todos os sinais dados por África são muito maus, excepto um : Moçambique."

No entanto, o seu optimismo viria a cair por terra quando ao fim da manhã do primeiro dia de trabalhos da multipartidária a RENAMO, pela voz do seu secretário para as Relações Exteriores, José de Castro, surpreendendo todos os presentes, rejeitava o anteprojecto da lei eleitoral, propondo que as Nações Unidas criassem imediatamente uma comissão com o governo, a própria RENAMO e alguns partidos da oposição com o objectivo de se redigir a lei eleitoral.

Reagindo à "bomba" lançada pela Renamo, Aldo Ajello afirmava ser técnicamente impossível uma tal actuação pois isso traduzir-se-ia em mais atrasos, novas consultas ao Conselho de Segurança e a não realização de eleições em Outubro de 1994 como já foi estabelecido pela ONU.

Na parte da tarde, José de Castro manteve a mesma atitude de rejeição e no intervalo a delegação da RENAMO abandonaria a sala de conferências depois de ouvir um coro de protestos da maioria dos partidos da oposição representando "os 12". Visivelmente irritado, Ajello deixaria a sala e o ministro Ali Dauto adiava a reunião até ao dia dois de Agosto "para reflexão e ponderação". O Governo reuniu-se em seguida numa sessão de emergência.

Abdul Carimo, um jurista moçambicano, especialista em questões eleitorais, comentou para a SÁBADO que "os problemas de fundo" eram políticos e não técnicos. Sobre a possibilidade de se discutir o anteprojecto da lei eleitoral sem a participação da RENAMO, como aconteceu em Angola em relação à UNITA, ele rejeitou tal ideia recordando que "ao contrário de Angola, o Governo não possui um exército forte", chamando a atenção para a necessidade de se evitarem a todo o custo as possibilidades do retorno a uma situação de guerra.

Máximo Dias, líder do partido Monamo, disse à SÁBADO que a questão principal se prendia com as pretensões da RENAMO em ganhar tempo a todo o custo. No seio de outros partidos emergentes o sentimento era idêntico. O representante da Missão comercial e consular da África do Sul em Maputo, John Sunde, tinha afirmado dois dias antes "que já tinha chegado o tempo para a RENAMO saber que a comunidade internacional não vai esperar mais", sublinhando estar muito aborrecido com "as manobras da RENAMO."

Diplomatas contactados pela SÁBADO demonstraram igualmente o seu "cansaço" e não tolerância quanto às sucessivas exigências da RENAMO, recado que foi bem transmitido por Aldo Ajello a Afonso Dhlakama num telefonema na madrugada da passada sexta-feira, entre Maputo e Maringué.

Numa conferência de imprensa, no dia seguinte ao boicote à multipartidária, Aldo Ajello retomou o seu ar optimista e anunciava que a RENAMO voltaria no dia 2 de Agosto aos debates do ante projecto da lei eleitoral.

Nesse mesmo dia à oite, Vicente Ululu, secretário geral da RENAMO, entregava um comunicado aos Órgãos de comunicação anunciando a sua participação na multipartidária e pedindo desculpas aos outros partidos, à comunidade internacional e a Ajello pelos transtornos que a atitude da sua organização tinha provocado.

Aldo Ajello tinha razões para estar satisfeito e para reclamar "que está em Moçambique não para representar a burocracia das Nações Unidas" mas sim como o responsável do consenso da comunidade internacional face ao processo de paz . "Eu não sou um burocrata" frisou.

Aldo Ajello foi igualmente duro em relação ao Governo perante acusações de violação do acordo de paz. A Comissão de Cessar Fogo está a analisar uma acusação da Renamo de que tropas governamentais reocuparam três zonas sob controle da RENAMO, na província nordestina de Tete. O representante especial da ONU recordou a existência das comissões técnicas cuja tarefa é analisar todos os problemas decorrentes da implementação do processo de paz. Na sua óptica o Governo deverá notificar as comissões competentes e não agir por conta própria.

"Caso isso venha a suceder não hesitarei em denunciar a situação ao Conselho de Segurança das Nações Unidas", avisou Ajello.

Entretanto, o comandante da Força Militar da ONU em Moçambique, o brigadeiro bengali Anis Rahman, acusou a RENAMO de ter ocupado militarmente as regiões de Salamanga e Zitundo, na província de Maputo, já depois do Acordo de Roma. Esta foi a primeira conclusão tornada pública pela Comissão de Cessar Fogo, dos 40 casos de violação que estão a ser objecto de investigação. A RENAMO rejeitou já estas acusações.

Analistas políticos são da opinião que o jogo de forças entre as duas partes vai aumentar de intensidade até ao início da desmobilização dos militares de cada um dos exércitos.

O processo de paz está na incubadora e todos os cuidados podem ser poucos para evitar um aborto de consequências obviamente trágicas. ❑

Bases contestam Mandela

PÚBLICO, 6 8 93

O LÍDER do ANC, Nelson Mandela, teve ontem grande dificuldade em transmitir uma mensagem de paz e reconciliação a 8000 pessoas que — num estádio de Katlehong, perto de Joanesburgo — queriam armas para se defenderem da violência que na última semana matou 145 pessoas na região de East Rand.

Por diversas vezes, Mandela foi interrompido por militantes que pediam que a ala militar do ANC, a Umkhonto we Sizwe, fosse chamada a intervir, face aos conflitos que simpatizantes do movimento têm tido com membros do Partido Inkatha, bem como com polícias e militares.

O mais conhecido político negro da África do Sul acusou o Governo de Frederik de Klerk e as forças de segurança de não quererem saber dos problemas da maioria da população, só se preocupando com o bem-estar dos brancos. Mas observou aos habitantes de Katlehong que tem de haver reconciliação, paz e tolerância entre todos os cidadãos, não se podendo responder à violência com mais violência.

Horas antes, centenas de polícias e soldados haviam entrado nas localidades da região a fim de acabarem com as barricadas de carros a arder e de restaurarem "a lei e a ordem", depois de mais uma vaga de recontros entre simpatizantes do ANC e do Inkatha. Mais tarde, Mandela iria a Pretória debater a situação com o Presidente De Klerk e com os responsáveis pelas forças de segurança, tencionando propor-lhes a criação de uma força policial que fique sob controlo multipartidário (e já não, apenas, responsável perante o actual Governo). ■

O 'factor Savimbi'

EXPRESSO, 7 8 93

O DIRIGENTE zulu e do Partido Inkhata, Mangosuthu Buthelezi, continuou esta semana a ameaçar a África do Sul com o seu «trunfo» de guerra civil, num momento em que o país vacilava sob uma vaga de violência política.

O Congresso Nacional Africano (ANC) e o Governo mantiveram novas rondas de conversações com o chefe do Inkatha, numa tentativa para promover a retoma das conversações constitucionais. O Presidente Frederick De Klerk advertiu publicamente que o processo negocial não poderia prosseguir sem eles. Simultaneamente realizavam-se consultas multipartidárias em torno de propostas de criação de uma força nacional de manutenção da paz, num derradeiro esforço para pôr termo à violência que ameaça tornar o país ingovernável.

No entanto, o bispo Desmond Tutu declarou que a mais recente vaga de assassínios «demonstra, sem margem para dúvidas», que os sul-africanos são incapazes de restaurar a paz por si próprios. O chefe da igreja anglicana apelava assim à intervenção estrangeira.

Apesar da ampla agitação nesta busca de uma nova força — nacional ou estrangeira — para fazer face à violência, existe uma percepção crescente de que a única solução consistente é acelerar a transição do país para um regime de maioria que dê «legitimidade» às forças de segurança e ao próprio Governo. Só um Governo não racial, diz-se, disporá de confiança para tomar as medidas duras indispensáveis para travar o conflito.

Buthelezi: futuro da África do Sul depende do líder zulu

O espectro de Angola

Mas a preocupação centra-se agora mais na eventualidade de o processo negocial vir a ser fatalmente prejudicado pelo chefe Buthelezi e pelo chamado «factor Savimbi» — o receio de que a incapacidade para fazer «embarcar» o chefe num acordo político conduza a uma rebelião e a uma guerra civil comparável à de Angola. E estes receios parecem estar a encorajar o chefe zulu na crença de que pode exercer um veto efectivo sobre as negociações multipartidárias.

Esta semana criticou a Administração americana pelas pressões que Washington está a exercer sobre ele, voltando a advertir que isso pode «dançar o país na guerra civil».

Referindo-se aos dois aspectos fundamentais do consenso que emergiu das negociações, declarou com autoridade quase bíblica que «não haverá um estado unitário. Não haverá uma Assembleia Constituinte para redigir uma nova Constituição». Buthelezi pretende um estado federal com amplos poderes delegados e opõe-se veementemente a uma Assembleia Constituinte, insistindo para que a questão seja riscada da agenda das actuais conversações multipartidárias.

O Presidente De Klerk tem insistido tenazmente na necessidade de manter o processo negocial, argumentando que qualquer atraso será aproveitado pelo «ultra-radicais», que acusa de estarem a fomentar a violência.

Mas há indícios de que o Presidente pode vir a defrontar uma rebelião no seu próprio partido, o Partido Nacional, se tentar avançar sem tratar o «problema Buthelezi». O chefe zulu está a tornar-se uma figura congregadora para os brancos que receiam perder protecção constitucional para as suas propriedades e vidas com a debandada para obter um rápido acordo.

A extrema-direita — que vai reunindo, calma mas persistentemente, as suas forças nos bastidores — conta também com o chefe zulu como justificação para sabotar a senda para um regime de maioria.

O receio dos brancos ficou fortemente justificado pelo massacre da Igreja de St. James na semana passada, em que homens armados lançaram granadas para uma missa predominantemente frequentada por brancos na cidade do Cabo, e varreram os fiéis com rajadas de metralhadora, provocando a morte de onze pessoas.

O massacre levou a violência para os subúrbios brancos da cidade, acentuando a aparente incapacidade das forças de segurança para defenderem a élite, muito menos a maioria. A polícia anunciou esta semana que o seu trabalho estava a tornar-se tão perigoso que decidiu montar metralhadoras nos veículos de patrulha, uma medida que parece simbolizar um país a escorregar para a ingovernabilidade.

David Beresford
correspondente em JOANESBURGO

Lucapa, o último bastião da produção de diamantes controlado pelo Governo de Angola

PÚBLICO, 2.8.93

Por um punhado de diamantes

Dos nossos enviados Ana Sá Lopes (texto) e Fernando Veludo (fotos)

Em Angola, com a guerra civil, caiu drasticamente o negócio das pedrinhas com brilho. A UNITA ocupou uma zona fundamental da exploração de diamantes — Cafunfo — e neste momento resta Lucapa como grande bastião produtivo. Lucapa, que vem no mapa de Angola em letras gigantes, é um sítio onde as pessoas odeiam o fim-de-semana: ali, só trabalho e pó vermelho. As casas que não pertencem à Endiama são feitas de adobe, com telhados de zinco. Adobe não rima com diamantes. Por outras que tais, exércitos de garimpeiros buscam fora da lei os frutos da terra prometida. E, à sua conta, a Endiama tem um exército de 200 homens para andar em cima dos "trabalhadores por conta própria". Cento e cinquenta portugueses moram em Lucapa, província da Lunda-Norte, Nordeste de Angola. Aterram no "monte de pó" que é o aeroporto local e por ali estacionam por períodos de vários meses. A UNITA estará a 50, 60, 70 quilómetros? Pedem-nos encarecidamente que expliquemos às famílias que ali vivem sossegados.

O jipe deixa para trás golfadas de terra vermelha, e o condutor agita os braços para afastar o povo da estrada. Estamos em Lucapa, província da Lunda-Norte, um centro de exploração de um dos dotes que o criador entregou a Angola — os diamantes.

A UNITA ocupou uma das unidades em funcionamento, Cafunfo, e resta Lucapa como grande centro controlado pela Endiama. Até ao bairro da Endiama, atravessamos dois quilómetros de casas feitas de adobe, com telhado de zinco.

A época das chuvas não tarda e aí será útil o zinco, imagine-se no calor. Comparado com o adobe sob a terra vermelha, o bairro da Endiama é um oásis: casinhas muito iguais, portas e janelas e grades, um só piso. No centro do burgo, a "casa de trânsito", onde fica o refeitório dos trabalhadores e onde uns tantos se alojam temporariamente. Depois há uma escola, hospital, mercado.

A guerra aqui é outra. A UNITA não estará longe, onde estará?

É por fazer estas perguntas que Amílcar, médico, moçambicano, director do hospital de Lucapa, que fugiu de Cafunfo quando foi ocupado, tem a família em Luanda. Não se sabe quando pode acontecer alguma coisa, mas por enquanto nada. Os portugueses pedem-nos que tranquilizemos as famílias que, em Portugal, quando olham o mapa de Angola na televisão, julgam que o país todo fica perto de Huambo e Cuíto. 'No pasa nada', os tiros que há são "ajustes de contas" entre garimpeiros, deixai os meus filhos dormir sossegados.

Vida de cão

Pior é a "vida de cão" (Amílcar), só trabalho e pó vermelho. A Lucapa, que tem voos frequentes com Luanda, não chega um jornal, não há emissões televisivas.

Os mais privilegiados adquiriram tvs e vídeos e entretêm-se com o visionamento de cassetes enviadas do exterior. Falam-nos na angústia de sábado à tarde e domingo e se "ninguém está ali obrigado" também não está agradecido. Os mais velhos recordam a piscina da Diamang, o cinema, que lhes douravam os dias, hoje só coloridos com terra vermelha.

Que prende um homem a um diamante? Há muito de hábito, verdade. Rovisco trabalhava em Portugal numa empresa de lapidação que faliu. Como sempre tinha convivido com diamantes, já passava dos trinta, acabou em Lucapa.

Trabalhou algum tempo na central de escolha, hoje é director "daquele monte de pó" que é o aeroporto local. Rovisco usa aliança no dedo, mas vive em Lucapa. Há muitos homens sós em Lucapa, Angola tem cada vez mais homens sozinhos.

Orlando, 68 anos, está no topo da hierarquia obreira da central de diamantes. É a ele, com segurança ao lado, que cabe a escolha final das pedrinhas, e a sua arrumação no cofre. Veio para Lucapa em 52, foi-se embora em 76, voltou à Lunda em oitenta e poucos. Porquê? "Não sei porque voltei, não sei mesmo", diz, com um ar de extrema sinceridade.

Analisa: "Em Portugal parece que estava só à espera de morrer, aqui sinto-me útil, sei lá". As paredes da sala onde Orlando selecciona os diamantes estão decoradas com fotografias do povo local (chokwés) vestido com as roupas tradicionais. Orlando tem em Lisboa uma colecção vastíssima sobre a etnografia chokwé; Gaspar, outro português da central de escolha, muniu-se de dicionários e aprendeu a falar chokwé, ou quioco, que é como se diz em português.

Por conta própria

A terra é rica, os filhos não. Nas margens do rio Luachimo brotam as pedras da auto-suficiência e o garimpo "por conta própria" prolifera. A aproximação de um helicóptero, o exército de garimpeiros "independentes" desata em fuga espectacular.

A "caça by helicóptero" é uma das técnicas utilizadas pelo exército de certa de 200 homens que guarda Lucapa e vela pelos tesouros da terra. É a "segurança" da Empresa de Diamantes de Angola (Endiama). Mesmo assim, não consta que os "free-lancers" do garimpo estejam a diminuir.

UNITA RETROCEDE — A Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan) admitiu ontem que a UNITA perdeu nos últimos 10 dias Cubal, Ganda e Bocoio, à medida que as forças governamentais angolanas saídas de Benguela e do Lobito se aproximavam da província do Huambo, com o intuito aparente de reconquistar a respectiva capital (que no tempo colonial se chamava Nova Lisboa). Mas a emissora de Jonas Savimbi acrescentou que "o Huambo está fortemente armado e pronto para qualquer eventualidade". Entretanto, a UNITA — que há um mês parecia ter o controlo de cerca de 80 por cento do território de Angola — conserva também N'dalatando (capital do Cuanza Norte), Negaje (no Uíje) e Soyo (no Zaire). Mas perdeu Waku Kungo (Cuanza Sul) e não conseguiu ainda expulsar os defensores governamentais de Cuíto e Menongue, apesar da forte luta que se tem travado nessas duas cidades, capitais respectivamente do Bié e do Cuando Cubango. PÚBLICO, 6 8 93

SAVIMBI PROMETE RESISTIR — "Temos um programa de resistência ao genocídio tribal. Melhores tempos virão", disse o líder da UNITA, Jonas Savimbi, numa altura em que a Força Aérea angolana tem estado a bombardear o Huambo, onde se encontra aquartelado desde Março. Ao falar aos seus colaboradores, que o felicitavam por ter completado esta semana 59 anos, o chefe da rebelião contra as autoridades de Angola (um ovimbundo natural de Munhango, na província do Bié) afirmou que estas lançaram "um desfile infindável de armas de extermínio contra grupos capazes de combaterem a injustiça e a hegemonia". Entretanto, em Luanda, o porta-voz do Estado-Maior General das Forças Armadas reconheceu que a delegação do Comité Internacional da Cruz Vermelha foi atingida durante os bombardeamentos ao Huambo, cidade que aparentemente o Governo deseja agora reconquistar, depois de haver conseguido manter o Cuíto, que há nove dias já parecia estar maioritariamente em poder da UNITA. Os cuitenses e os portugueses que lá moram só têm conseguido sobreviver comendo raízes de bananeira, cães e gatos. PÚBLICO, 6 8 93

Vinte mortos num ataque atribuído à UNITA

PÚBLICO, 4.8.93

Um hospital no meio da guerra

Dos nossos enviados
Ana Sá Lopes (Texto)
e Fernando Veludo (fotos),
em Capelongo, Angola

Chegaram de madrugada e atacaram o hospital. Mataram a maioria dos doentes e levaram medicamentos e mantas. Laurinda escapou porque se escondeu na casa de banho, Emídio porque se tapou com uma manta.

Eram seis da manhã e Helena Laurinda, enfermeira, estava de piquete no Hospital de Capelongo, a 25 quilómetros da Matala, província de Huila (antiga Sá da Bandeira). Começou a ouvir gritos de "viva as FAA, abaixo a UNITA" e correu a esconder-se na casa de banho. Primeiro sentiu medo. Depois, que "tinha que ficar com coragem". Quando tudo acabou, ficou "a tremer". No ataque, na madrugada de 26 de Julho, atribuído à UNITA, foram mortas 20 pessoas.

O médico Miguel Gamboa está convencido que o motivo foi o roubo de medicamentos e mantas. De caminho, nove doentes foram mortos, outros feridos. As enfermarias do hospital estão agora vazias — os feridos foram para a Matala. O único que ficou, Emídio Baptista, sobrevivente do Pavilhão dos Tuberculosos, onde estavam seis, está agora no exterior do pavilhão, sentado, encostado a um poste. Diz que se salvou porque se escondeu debaixo de uma manta. Estava escuro e quem veio só levou a manta.

Do lado da UNITA acabaram por morrer 15 pessoas na sequência da intervenção das forças governamentais, segundo informação oficial. O médico local disse ao PÚBLICO que só houve um morto e um prisioneiro entre as forças atacantes. Segundo o administrador da zona, há bases da organização rebelde a cerca de 25 quilómetros, mas sem efectivos suficientes para que o Governo tema uma invasão.

No hospital, Helena Laurinda conta que teve sorte em conseguir esconder-se na casa de banho, sorte em que ninguém lá fosse e sorte em não ter tentado fugir. Porque foi a fugir que alguns doentes foram mortos. E não sabe quanto tempo durou a acção. Diz apenas que "foi rápida". O médico, que estava em casa, fala em "uma hora".

Laurinda, que se escondeu quando ouviu homens a entrar, faz um sorriso desarmante: "Quando tudo acabou — diz — é que fiquei a tremer". No hospital, conta Miguel, foram roubados os medicamentos que havia no banco de urgência. Tiago suspira quando diz que a maior parte estava na farmácia da unidade e, como os invasores desconheciam onde era ela, ficaram a salvo alguns lotes. Mas levaram três estetoscópios e três medidores de tensão.

O hospital de Capelongo, uma construção recente, tem um médico. Os 17 feridos na sequência do ataque foram levados para o hospital da Matala, um lugar indescritível, onde trabalha um "médico sem fronteiras".

O Centro de Saúde da Matala tem os vidros partidos, está pintado de azul e tem, à porta, o símbolo com as doze estrelinhas da Comunidade Europeia. Na enfermaria, alguém se esqueceu de um monte de lixo e de uma vassoura num canto. Maria de Fátima está sentada na cama, ao lado, do pai. Foi atingida no externo durante o ataque a Capelongo. Idade da miúda? O pai fica a pensar: "P´aí uns cinco anos..."

Foi num helicóptero das FAA que o PÚBLICO chegou a Capelongo. Viajámos com mantimentos, quatro mulheres, três crianças, uma delas a mamar. De regresso, muita gente esperava o embarque para Lubango. E era o comandante militar da zona que indicava quem tinha "ordem de marcha". À espera do helicóptero estava um ferido numa maca e um adolescente de 16 anos, subnutrido, feito prisioneiro, que afirmava ser "aposentado", ou seja, ter abandonado voluntariamente a UNITA. Descalço, vestido de verde, o miúdo encolhia-se, encostado, ao jipe, e só libertou os movimentos para agarrar, com avidez, uma lata de comida que lhe foi entregue. Morava no Dondo e chamava-se Celestino.

O piloto não queria arrancar; segundo parece, o motor não estava bom. Era preciso um alicate e não havia alicate. Esperou-se a chegada do alicate. Lá fora, havia risos: "Esse helicóptero já esteve na guerra da Etiópia!"... O problema resolveu-se. O ferido na maca, o prisioneiro-criança, os militares, uma outra mulher a dar de mamar a uma criança, o PÚBLICO e uma galinha, partimos todos. No meio do ruído habitual, a galinha era o único ser que, esporadicamente, quebrava a monotonia do som do aparelho.

Capelongo fica a 200 quilómetros da capital da província de Huila, Lubango, que faz alto contraste com a cidade doente que é Luanda. Caso houvesse água em regime contínuo, e a luz não falhasse, e não fossem habituais, com o cair da noite, os tiros (não de guerra, entendido), o contraste seria total. Lubango teve pouca guerra: o único edifício totalmente destruído é o Hotel Império, quartel-general da UNITA na cidade, aniquilado durante os confrontos de 2 de Janeiro passado, quando o movimento de Savimbi foi afastado do Lubango.

De resto, vive-se na cidade uma acalmia que combina com a conservação excelente dos prédios, a harmonia das ruas, o ar mais ou menos sossegado das pessoas. Falámos disto com um alto funcionário do governo local, angolano. "E se vocês tivessem conhecido a cidade há 20 anos, quando estava cá a malta toda!". Era preciso andar de candeia acesa para encontrar uma referência mais doce aos colonizadores. ■

Sede da Cruz Vermelha destruída na segunda cidade de Angola

Huambo bombardeada pelo Governo

PÚBLICO, 5.8.93

O EXÉRCITO governamental bombardeou nos últimos dois dias a cidade do Huambo, no centro de Angola, onde se encontra a direcção política e militar da UNITA, anunciaram, em Luanda, fontes oficiais.

"Os nossos aviões prosseguem os ataques" iniciados há dois dias contra as forças da UNITA "em toda a zona do Planalto Central, incluindo Huambo", disse à Lusa o porta-voz do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), brigadeiro José Manuel "Jota".

Os ataques, os mais intensos desde a ocupação da cidade pela oposição armada, e que só terça-feira ascenderam a 30, foram todos dirigidos, segundo as mesmas fontes, "contra alvos bem determinados", e destinaram-se a "avisar" a organização rebelde angolana que deve "cessar as hostilidades" em todo o país.

A sede do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) na segunda cidade angolana foi, no entanto, um dos edifícios atingidos na sequência dos bombardeamentos, soube o PÚBLICO, em Luanda, junto de um porta-voz daquela organização internacional.

Em Genebra, a CICV confirmou o ataque, anunciando que todos os seus funcionários saíram ilesos do bombardeamento, e apelando ao Governo angolano para que poupe a população civil.

A UNITA confirmou já os bombardeamentos governamentais através de uma declaração do seu porta-voz, ontem difundida pela Vorgan, a rádio rebelde que emite da Jamba. Jorge Valentim disse que as bombas danificaram "alguns imóveis" no centro da cidade e causaram "perdas humanas e materiais ainda por determinar".

O Governo explicou a ofensiva como destinada a impedir ainda que os rebeldes tomem o controlo da cidade de Benguela e anunciou que duas colunas rebeldes, que se preparavam para atacar forças governamentais perto de Huambo, foram destruídas.

Uma outra fonte militar, também citada pela Lusa, disse que os raides aéreos estão a ser complementados com "acções mais incisivas contra as posições que a UNITA ocupa" em todo o território. Outro militar disse que as actuais operações vão representar "uma viragem significativa no teatro de operações militares" que diversos observadores em Benguela consideram favoráveis às FAA.

A organização rebelde afirmou entretanto ter capturado quarta-feira mais de uma centena de religiosos em Cuito (província do Bié, no centro do país), onde prosseguiram, violentos, os confrontos com as forças governamentais pelo controlo da cidade.

Segundo a emissora oficial da UNITA, um número indeterminado de órfãos e de estudantes da escola católica da cidade foram capturados, durante os combates, no convento onde se encontravam, tendo sido confiscados ainda alguns veículos da missão.

Religiosos, órfãos, estudantes e veículos da escola seguiram depois, segundo a mesma fonte, para a cidade do Huambo, o centro de operações da organização liderada por Jonas Savimbi. ■

Higino Carneiro, negociador militar do MPLA, ao PÚBLICO

PÚBLICO, 7 8 93

"Ofensiva é temporária"

Dos nossos enviados
Ana Sá Lopes (texto)
e Fernando Veludo (foto)
em Luanda

Higino Carneiro é o representante militar do Governo de Angola na CCPM, hoje inactiva. Para o general, o recrudescimento da ofensiva governamental é "de carácter temporário, para chamar a UNITA a voltar ao diálogo". Mas admite a existência, no seio das FAA, "de opiniões diferentes sobre a condução da guerra".

Enquanto no terreno da guerra o Governo de Angola desencadeia uma ofensiva com vista à retomada de Huambo, Higino Carneiro, o negociador militar do MPLA na CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar), diz que, depois de Abidjan, o governo "não estava virado para essa solução" e que a guerra será "de carácter temporário, para chamar a UNITA a voltar ao diálogo". "Todas as guerras pararam à mesa", diz.

Em Luanda, no bairro da Maianga, onde fica a moradia-sede da CCPM hoje inactiva (o abandono da UNITA impediu que de há uns tempos para cá o órgão funcionasse em pleno, depois seguiu-se a transferência dos pelouros de Portugal e Rússia para as respectivas embaixadas) Higino Carneiro conversou com o PÚBLICO.

"Muito o governo foi fazendo para resistir a um exército que se manteve intacto", diz o general, descrevendo os tempos recentes vividos no teatro de guerra angolano. A fragilidade inicial da resposta de Luanda à ofensiva da UNITA é explicada porque, "à data das eleições, apenas nove por cento das unidades militares estavam operacionais".

Enquanto o MPLA ia perdendo pontos no terreno, cresciam em Luanda sintomas de divergências no seio do Exército e rumores de eventual golpe de Estado. Higino Carneiro: "Durante os anos da nossa história muitas vezes se falou em golpe de Estado. Admito que não seja possível suceder isso em Angola."

O general prefere não falar "em divergências propriamente ditas", mas admite que "pode haver opiniões diferentes sobre a condução da guerra". É que no quadro da paz angolana, por alturas das eleições, as Forças Armadas "não existiam enquanto tal, estavam a ser doutrinadas de uma outra forma que não obedecia aos critérios do passado — as FAPLA seguiam os princípios do Pacto de Varsóvia e pretendia-se que a FAA constituíssem uma simbiose, reflectissem uma vertente mais ligada à NATO". Unidades havia com elementos provenientes das FALA (exército da UNITA): "Veja quão difícil não foi fazer com que essas unidades se tornassem operacionais, primeiro, conseguir a coesão, depois vencer a desconfiança!"

Quem faz os filhos...

Sobre o papel dos Estados Unidos no conflito angolano, Higino Carneiro acha que "os EUA podem fazer mais": "Foram eles que durante 12 anos conduziram uma política favorável à UNITA, foram os EUA que financiaram a UNITA, muito embora digam que pouco controlo têm sobre a UNITA." E o desabafo: "Se foram eles que fizeram os filhos, agora perdem o controlo dos filhos!"

Contemporiza: "Acredito que neste momento estejam a ser cautelosos. É uma nova Administração, talvez um pouco preocupada com a resolução de problemas internos e coloca em segundo plano a resolução de problemas noutros países". Mas, "podiam dar um pouco mais de si", nomeadamente no Conselho de Segurança da ONU, onde Higino Carneiro contesta a decisão de dar um prazo até 15 de Setembro à UNITA. "Prorroga-se o mandato para dar oportunidade à UNITA, até quando, tem que haver um fim!" e "os EUA jogam um papel importante nesta decisão."

Uma intensa campanha contra o federalismo tem sido difundida por alguns meios de comunicação angolana, nomeadamente pela Rádio Nacional e Jornal de Angola. Repugna-lhe assim tanto o federalismo, perguntamos a Higino Carneiro. "Repugnar, não diria tanto. Mas não sou por essa posição. Sou mais pela manutenção do país tal e qual está." O general acha que quem defende essa ideia, a coloque nos locais de debate apropriados, "apresente na próxima campanha o seu projecto, referende-o, pergunte ao povo".

Mesmo assim, com o país em convulsão, o general acredita na paz em Angola. "A guerra é a continuação da política, só com o emprego de outros meios. Usa-se para alcançar determinados objectivos. Todas as guerras pararam à mesa." O general, de 38 anos, natural de Kuanza-Sul, canta muito bem o fado, toca guitarra, piano e viola. ■

Operação no Planalto Central

AS AUTORIDADES angolanas disseram que a Força Aérea destruiu na quinta-feira e ontem posições da artilharia antiaérea da UNITA nas regiões de confluência entre as províncias de Huambo e Bié, no Planalto Central, predominantemente habitado pelos ovimbundos, o grupo étnico de Jonas Savimbi. Mas o secretário daquele partido para a Informação, Jorge Valentim, contactado telefonicamente pelo PÚBLICO, no Huambo, comentou que "tal afirmação faz rir... são os sonhos do Governo".

Já nos dias anteriores a aviação governamental alegara ter efectuado mais de 60 acções contra posições da UNITA naquela zona, onde Luanda tenta reconquistar a cidade de Huambo, capital da província do mesmo nome, e manter a posse do Cuíto, capital do Bié. O primeiro-ministro Marcolino Moco anunciou quinta-feira que os bombardeamentos iriam continuar; e nesse mesmo dia o representante da UNITA na ONU, Marcos Samondo, pediu ao Conselho de Segurança para condenar os ataques "a objectivos civis na província do Huambo", onde Savimbi e o seu Estado-Maior têm estado a viver desde Março.

Um diplomata angolano acreditado em Pretória indicou, segundo a agência Reuter, que entre os objectivos da presente operação se contam afastar os rebeldes do Huambo e acabar com o cerco que desde o início do ano fazem ao Cuíto.

Segundo fonte militar ontem citada pela Lusa, "a actual situação na cidade do Huambo é muito confusa". Mas Jorge Valentim desmentiu-nos que dali — ou dos arredores — tivessem saído Savimbi e alguns dos seus principais colaboradores: "Não há guerra no Huambo, mas sim terrorismo de Estado. Bombas de mais de 250 quilos são lançadas contra populações civis."

O coronel Kiteculo, comandante das tropas governamentais responsáveis pela tentativa de reconquista do Huambo, afirmou sentir que "a UNITA está a atingir o limite das suas forças", o que também foi contrariado por Valentim.

Por outro lado, a Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan), emissora do partido rebelde, afirmou ontem que os rebeldes abateram 150 soldados governamentais, incluindo um tenente-coronel, em combates travados perto de Ondjiva, a capital da província do Cunene, que faz fronteira com a Namíbia. E que abateram um helicóptero na província do Cuanza Sul (aonde o primeiro-ministro Moco adiou uma visita que ontem deveria ter efectuado a Sumbe e Porto Amboim). ■

Prova de fogo para Marcolino

EXPRESSO, 7 8 93

O PRIMEIRO-ministro angolano, Marcolino Moco, convocado pela bancada parlamentar do MPLA, terá na segunda-feira a sua primeira prova de fogo para evitar uma possível moção de censura à política económica aplicada pelo ministro das Finanças, Emanuel Carneiro, vinda dos deputados do seu próprio partido.

O «chumbo» a que as sucessivas propostas do titular da pasta das Finanças têm sido votadas nos últimos dias começa a ser visto como a causa próxima de um fim inglório para Emanuel Carneiro, cujas teses populistas começam a inquietar o Presidente Eduardo dos Santos.

Uma salva de críticas e ataques sem precedentes dirigida aos órgãos de direcção da Economia em Angola foi disparada esta semana pelo núcleo «crítico» de deputados do MPLA, **«saturados com a incontrolada subida do custo de vida, aumento da miséria, falta de autoridade do poder instituído e o crescente envolvimento de membros do Governo e das Forças Armadas em escândalos de corrupção»**.

Alguns deputados sugeriram que alguns ministros coniventes com a prática de comércio ilegal no país e alguns generais do Estado-Maior das FAA envolvidos no negócio de compra de armas apresentassem a demissão.

Acesos debates têm sido protagonizados nos últimos dias pelo núcleo crítico afecto à bancada parlamentar do MPLA, que acusa o Governo de assumir **«uma atitude demissionista»** ao assistir de **«forma inoperante ao minar e ruir dos fundamentos da gestão económica»** do país, propiciando o florescimento **«da corrupção e o uso do poder para benefício pessoal e de determinadas empresas»** por parte de alguns membros do executivo.

«Atingimos a exaustão e não podemos continuar a permitir impunemente a degradação moral e institucional do poder em Angola», disse ao EXPRESSO um membro do grupo parlamentar do MPLA.

Governo criticado

Estas críticas surgem na esteira de um discurso contundente proferido na quarta-feira, à porta fechada, pelo Presidente Eduardo dos Santos, durante a reunião da comissão permanente do conselho de ministros. José Eduardo reconheceu a existência de um grave conflito entre o poder político e os economistas e não poupou duras críticas ao programa de emergência (PEG) do ministro das Finanças, considerado **«uma das principais causas do agravamento da profunda desestabilização económica em Angola»**.

Emanuel Carneiro é ainda acusado de ser um dos principais responsáveis pela distorção e esvaziamento das funções da banca. Neste sentido, a reposição de poderes no banco central e a privatização de todo o sistema bancário poderão vir a ser encarados por uma equipa de peritos, que até à próxima quarta-feira deverá apresentar a Eduardo dos Santos um novo pacote de medidas de salvação económica.

Mas o grupo parlamentar do MPLA não se limitou apenas a pôr em causa a autoridade do Governo no domínio económico. Algumas propostas apontam, em termos imediatos, para a **«ilegalização de cartões de estrangeiro e de estrangeiro residente, revisão das normas para a concessão de vistos de entrada e permanência, extradição de estrangeiros ilegais e limitação da circulação destes pelas províncias»**.

Ao reconhecer a ausência de uma estratégia comum que **«deve ser perseguida pelo Governo, Forças Armadas e Assembleia Nacional»**, os deputados do MPLA pretendem **«disciplinar as aquisições das Forças Armadas, ordem pública e empresas estatais de utilidade pública»** e a aplicação de um sistema de venda de divisas que permita criar uma taxa de câmbio única.

A elaboração de uma lei sobre imigração e a alteração da lei das actividades económicas, lei dos investimentos estrangeiros, lei das empresas estatais e lei cambial figuram no pacote das propostas que o grupo parlamentar do MPLA vai submeter à sessão plenária do parlamento.

Gustavo Costa
correspondente em LUANDA

Pressão das FAA no Huambo

EXPRESSO, 7 8 93

DESEMBARQUES de tropas nas imediações do Cuito e do Huambo, introdução de um sistema automático de pára-quedas de fabrico francês para apoio logístico nestas regiões, intensificação de bombardeamentos de caças e descarregamento de enormes quantidades de material de guerra — eis as principais acções da viragem que as Forças Armadas angolanas (FAA) estarão a operar.

As forças governamentais iniciaram este mês uma ofensiva de grande envergadura, que teve como efeitos imediatos a reocupação da Vila da Ganda (Benguela) e, a partir da Quibala (Kuanza-Sul), a progressão das tropas governamentais em direcção à localidade do Alta-Hama (província do Huambo).

A instalação de um dispositivo de protecção especial à zona do Bengo deverá ser proposta à Assembleia Nacional, com o objectivo de se erguerem, à volta da cidade de Luanda, mecanismos de defesa suplementares que permitam, a partir daquela região, afastar as tropas da UNITA no norte do país.

A remobilização e o reapetrechamento do Exército governamental têm sido os principais factores responsáveis por esta viragem.

Segundo uma fonte diplomática, Luanda poderá estar já a contar com o apoio militar norte-americano, através do fornecimento de informações sobre o movimento de Jonas Savimbi em diversas regiões. Estas informações, obtidas através de satélite, segundo a mesma fonte, poderão estar na origem do desmembramento de duas colunas militares dos rebeldes que se dirigiam do Huambo para o Bié.

A participação de alguns generais da UNITA incorporados nas FAA na elaboração da nova filosofia militar das tropas governamentais parece estar também a ser determinante na obtenção dos êxitos que Luanda diz ter obtido nas últimas duas semanas.

Nas últimas semanas, o porto de Luanda e o aeródromo da Catumbela transformaram-se nas principais bases de escoamento de material de guerra de diversa proveniência, prevendo-se para breve um substancial incremento de equipamento de reposição para a Força Aérea, depois da deslocação à Rússia, na semana passada, do vice-ministro da Defesa, Pedro Sebastião.

A comissão militar adstrita à Presidência da República decidiu, entretanto, retirar ao Estado-Maior das FAA a responsabilidade pela compra de equipamento militar, passando as encomedas a serem feitas pelo Ministério da Defesa. Esta medida visa reabilitar a actividade da EMATEC, empresa que detinha no passado o monopólio das importações militares, face ao alegado envolvimento de alguns generais do Estado-Maior das FAA em casos de corrupção decorrentes da importação de equipamento militar.

G.C.
correspondente em LUANDA

Ex-comando português treina tropas especiais

EXPRESSO, 7 8 93

MARCELINO da Mata, o ex-comando africano da Guiné que maior notoriedade adquiriu na guerra colonial ao serviço do Exército Português, foi contratado no princípio deste ano como assessor do CEMGFA de Angola, para a formação de unidades especiais de intervenção táctica.

Há cerca de dois meses, quando comandava, na região do Dondo, uma companhia de recrutas em treino de adaptação operacional, Marcelino da Mata caiu numa emboscada da UNITA. Sete recrutas morreram e ele foi ferido.

Evacuado para Portugal, onde permaneceu nas últimas semanas simultaneamente em tratamento e férias contratuais, o ex-comando terá voltado já a Luanda com vista a prosseguir o seu trabalho, pelo qual lhe foram fixados honorários de 5000 dólares (mais de 900 contos) por mês.

Actualmente com cerca de 60 anos e com uma saúde débil, Marcelino da Mata reagiu favoravelmente à proposta que no início deste ano lhe foi feita pelas autoridades angolanas, sobretudo porque, face às dificuldades que enfrentava em Portugal, a retribuição era muito apelativa.

Mas se o espírito com que aceitou a proposta era alegadamente muito materialista no início, depressa Marcelino da Mata começou a evidenciar, de forma considerada convincente, que estava a realizar o seu trabalho influenciado por convicções.

O plano que o conduziu à região do Dondo, então um dos principais teatros de guerra no território, foi sugerido por ele próprio, num gesto interpretado como demonstrativo de algum excesso de zelo.

As autoridades rodearam sempre o caso da contratação de Marcelino da Mata com o maior sigilo. Tanto mais que se tratava de matéria controversa e geradora de desconfianças internas.

Marcelino da Mata, que o PAIGC trata como criminoso de guerra em virtude de atrocidades e prepotências de que era acusado no campo de batalha, foi um dos mais zelosos e leais chefes dos comandos africanos integrados no dispositivo do Exército português na Guiné. Foi condecorado com a Torre e Espada.

No mesmo local, a sul de Luanda, na estrada da barra do Cuanza, que serve de campo de treino aos comandos de Marcelino da Mata, também se encontram em formação unidades especiais de reconhecimento cujo treino se inspira nos manuais dos «Recces» sul-africanos.

Um antigo oficial português que a seguir ao 25 de Abril se refugiou na África do Sul, vindo mais tarde a integrar como graduado o Batalhão Búfalo, dirige este programa de formação de unidades especiais. Chama-se Queiroz.

É agora um dos raros assessores — a UNITA chama-lhes mercenários — oriundos da África do Sul que se mantêm em Angola, depois de em meados de 1993 ainda serem referenciados mais de vinte no Hotel Costa do Sol.

Estes foram partindo devido a problemas vários vários, entre os quais uma motivação descrita como excessivamente materialista. Chegaram até a ocorrer episódios como o de, «por engano», ter sido recrutado um antigo oficial dos «Recces», que, por ironia, comandou na década de 80 uma operação de sabotagem da refinaria de Luanda.

Angola sem paz à vista

PÚBLICO, 8 8 93.

Huambo debaixo de fogo

HUAMBO, que foi uma das glórias da colonização portuguesa em África, tendo então recebido o nome de Nova Lisboa, está há uma semana a ser bombardeada pela aviação governamental angolana, correndo o risco de ficar ainda mais destruída do que aquilo que já está. E no Cuito a guerra e a fome fazem diariamente largas dezenas de mortos, só sendo agora possível sobreviver comendo baratas, cães e gatos.

Uma enviada especial da France Presse ao Huambo, Marie Joannidis, contou ontem ter visto num bairro suburbano do Huambo, entre destroços ainda fumegantes, os corpos ensanguentados das vítimas de uma bomba de 250 quilos lançada por um Sukhoi 25.

"A cabeça de um homem cortada rente jazia ao lado do cadáver ensanguentado de um jovem que uma mulher ferida apertava nos braços" — escreveu a jornalista, à qual os habitantes do bairro contaram que houve 11 mortos e seis feridos.

Quatro a seis Sukhois 25, aparelhos que eram feitos na antiga União Soviética, lançaram bombas sobre posições situadas a algumas centenas de metros do centro do Huambo, cidade que ao tempo da descolonização contava meio milhão de habitantes e que a partir daí foi progressivamente decaíndo.

Migs 23 também têm estado a ser utilizados na ofensiva do Governo angolano para reconquistar o Planalto Central, mas raramente na zona da antiga Nova Lisboa, segundo dizem os dirigentes da UNITA, ali entrincheirados desde Março.

Segundo Marie Joannidis, um dos três jornalistas ontem presentes no local, os pilotos desceram até uma altitude de 4000 metros e depois voltaram acima dos 7000, quando a artilharia antiaérea da UNITA começou a funcionar.

Em Luanda, entretanto, o Governo dizia estar a aumentar a ofensiva aérea com que tenciona recuperar terreno perdido desde o início do ano, no Centro e Sul do país. Para depois poder avançar por terra e reassumir o controlo de províncias como o Huambo e o Bié.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura, não desejou confirmar nem desmentir que o regime presidido por José Eduardo dos Santos esteja a ser apoiado por Israel, no conflito com os rebeldes: "A ser verdade, é perfeitamente legítimo, pois é um dos países com que Angola mantem relações diplomáticas."

O ministro criticou a ideia que tem havido desde há algum tempo na comunidade internacional de que a UNITA controla cerca de 80 por cento do território de Angola. E disse, também, "não fazer sentido" a iniciativa conjunta de Marrocos, da Costa do Marfim e do ANC no sentido de promover uma reunião entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, "um Presidente da República e um rebelde que a ninguém obedece".

No entender de Venâncio de Moura, "seria mais positivo" se a Costa do Marfim e Marrocos conseguissem convencer o líder da UNITA a acabar com a guerra, que nesta última fase vai já em 10 meses. Mas a verdade é que ninguém vê um fim à vista para o conflito, que está a mergulhar a maior parte de Angola em níveis de sofrimento raramente vistos desde que, em 1961, alguns cidadãos pegaram em armas para lutar pela independência.

Cada uma das partes culpa a outra da presente situação: o Governo alega que o partido de Jonas Savimbi não aceitou a derrota nas eleições de Setembro do ano passado e a UNITA responde que tudo se deteriorou quando os seus militantes começaram a ser perseguidos em Luanda e em outras cidades.

Segundo a óptica governamental, os rebeldes são apoiados por determinados círculos sul-africanos, mas diplomatas de Pretória comentaram ao PÚBLICO que "a África do Sul já tem demasiados problemas" para que, ainda por cima, se ande a meter em seara alheia. ■ J.H.

PÚBLICO, 8 8 93

Tivoli, Luanda
Lá fora a guerra, cá dentro 'à la carte'

O HOTEL TIVOLI chegou a ser o epicentro da batalha de Luanda, de três dias, iniciada em 31 de Outubro (sábado) de 1992. Ali estava a maioria dos jornalistas estrangeiros, todos portugueses. A partir do momento em que foi dada guarida a mulheres e crianças familiares de militares e dirigentes da UNITA, partido cujos símbolos jamais se veriam em Luanda, pelo "lobby" do Tivoli passaram os mais altos responsáveis militares, policiais e políticos do Governo angolano. Mais preocupantes eram, porém, as visitas das chamadas milícias civis, para quem coabitar com as mulheres e crianças com ligações ao movimento que rejeitara o resultado das eleições realizadas havia um mês era estar feito com o inimigo.

Essas pessoas vinham do hotel vizinho, o Trópico, onde se tinham instalado depois da assinatura dos acordos de paz, em 31 de Maio de 1991. O edifício do Trópico tinha-se transformado num alvo e só por acaso não teve a sorte de um outro hotel — onde também estavam alojadas as gentes da UNITA a quem tinham sido abertas as portas da capital — que ficou reduzido a escombros — o Turismo.

Foram tempos de angústia. Para além do risco de um ataque dirigido, sair do hotel para tomar contacto com a realidade era equivalente a atravessar a carreira de tiro em que a rua da Missão se tinha transformado, um pouco como toda a cidade. Talvez por isso, criticou-se depois a "facilidade" com que os jornalistas relataram ao mundo os duros combates, cujo rescaldo — entre as centenas e os dez milhares de mortos — está por fazer. Mais tarde, contaram trabalhadores do hotel a história do repórter que, sentado entre as duas camas do quarto, fazia por telefone um despacho em directo da guerra, falando de uma cidade às escuras, onde se lutava corpo-a-corpo. Esse jornalista já não era visto havia muitas horas e, zeloso, um empregado procurou-o no quarto, onde o surpreendeu naquele relato depois de acender a luz.

Outra história: depois de ter recebido mais um pedido — o restaurante continuava a funcionar com serviço "a la carte" —, o cooperante português dirigiu-se à cozinha. Quando voltou, com uma travessa recheada nos braços, já não estava ninguém na sala. Os últimos obuses tinham caído ali bem perto e os hóspedes procuraram lugares mais seguros. Um episódio só possível porque nesses dias o restaurante continuava a funcionar a horas certas, curiosamente apenas com o pessoal estrangeiro, já que os angolanos (à excepção dos que se encontravam no hotel naquela tarde de sábado) tinham ficado retidos nas suas casas.

Só depois da batalha de Luanda é que o Tivoli passou a ser "o hotel dos jornalistas". Até então, os enviados da imprensa estrangeira dispersavam-se pelo Presidente, Panorama, Mundial ou mesmo o Trópico. O Tivoli não seria hotel numa capital europeia. O espaço é o de uma residencial banal de outro tempo, que precisou de obras antes de abrir em 1991. A parede de vidro, fronteira à rua da Missão, não inspirava confiança. Mas aquela dúzia de poltronas compunha o único espaço social, servido por um bar que cobra preços leoninos. Feitas as contas, os cinco dólares (cerca de 900 escudos) de uma garrafa de água de litro e meio davam para comprar mais de 180 litros de gasolina (aos preços e câmbios angolanos angolanos de então; no mercado paralelo, o dólar passou já de cinco para vinte mil kuanzas).

Mas o preço (apesar dos mais de 160 dólares da estadia com pequeno almoço, mais de 27 contos) deixara de ser relevante, já que com isso se pagava também a luz e a água e um nível de serviços que não havia na cidade. E pagava-se também a segurança, apesar da parede de vidro. Que pode explicar-se pelo facto de o MPLA, partido no poder, ter participação na propriedade do edifício. Como as comunicações, embora lentas, funcionavam, não havia razões para os jornalistas deixarem de fazer ali o seu quartel-general.

Mas foi no hotel Tivoli que se pôde perceber o pouco que a imprensa internacional percebia da questão angolana. Depois dos tempos que se seguiram à batalha de Luanda, uma nova onda de jornalistas veio com a conquista do Huambo pela UNITA, em Março. E como era confrangedor ver enviados da "Newsweek", "Times", "Guardian", Reuter, Associated Press ou "Independent" à espera, em Luanda, de uma viagem para o Huambo. Como se algum dia Jonas Savimbi recebesse jornalistas idos da capital do país do MPLA! ■

António Matos

PÚBLICO, 8 8 93

Excelsior, Huambo
'Isto é um hotel!'

REVI-O, e reconheci-o de imediato, de relance, numa das muitas imagens que passaram na TV portuguesa sobre a batalha do Huambo. As paredes dos quartos tinham sido partidas para formar um túnel que permitia que se passasse prédio a prédio. Era a carpete azul do Excelsior, sem dúvida. Desta vez, ao que parecia, o hotel não sobrevivera.

Três meses antes era apenas um dos muitos prédios da cidade, gastos por duas décadas de guerra mas ainda não mutilados por ela. De um verde esbatido e sujo como só há em África. O tiroteio de então — combates entre a UNITA e a polícia — deixara-lhe marcas que a velhice escondia. E ali, inesperadamente, chegaram dois brancos, guardados por brigadeiro da UNITA. Hóspedes. Ao que parece, os únicos dos cinco andares. Esperavam entrevista de Savimbi. E esperaram.

O tempo húmido do Planalto Central, em espaço acarpetado e fechado, fazia do quarto uma imensa nuvem de bolor, com variantes de cheiros desconhecidos. Nesse dia preferimos não ligar importância. Numa bacia com água — a única disponível — boiavam insectos africanos.

Pela manhã abriram o restaurante, sala ampla e mesmo conservada. O gerente trazia agora farda com colete e lacinho. E um ar embaraçado. Havia "café". Prevenidos, trouxéramos guloseimas de uma das lojas de Luanda onde se pagava em dólares: bolo, café verdadeiro e solúvel, açúcar... Era aproximadamente nesse momento que entrava o brigadeiro, soltava bom-dia sonoro com muito acento e punha o "walkie-talkie" (ligado ao ouvido) em cima da mesa. O gerente passava de embaraçado a intimidado. Obrigávamos o guarda-costas a sentar-se e a equilibrar a kalashnikov numa cadeira. E era aí que ele perdia a arrogância, olhando em pânico o brigadeiro para ver se devia, ou não, comer o bolo à mão.

Ao segundo dia detectámos um homem de ar esgazeado na recepção. E duas empregadas. A elas recorremos. Queríamos mudar de quarto. A estadia ia alongar-se. Savimbi ignorava-nos. A elas demos um maço de kuanzas em troca da promessa do quarto bem limpo. Em cinco dias mudámos quatro vezes.

Sem banho, irritados pela espera, começávamos a ligar a pormenores. Conversa até às 10h30 da noite e depois ala! despachar para cair na cama. Às onze cortavam a electricidade, "black out" na cidade, e então na escuridão total era ouvir a bicharada a passear-se pela carpete húmida. No rádio de ondas curtas, uma locutora da Vorgan falava de paz em tom intimista. Aqui e além uma rajada de metralhadora. No "briefing" da manhã, entre dentadas de bolo que se acabava e interrupções para conversas segredadas ao "walkie-talkie", lá iríamos saber que teria sido coisa de menor importância. "Bandidos bêbados". Dava vontade de espreitar à janela.

Ao quinto dia estávamos agastados. Nessa noite, num quarto do quinto andar, a sanita revoltara-se. Tanta água as empregadas lhe deitaram que ela achou por bem devolver alguma. No "lobby" encontrámos outros jornalistas. Uma alegria. Havia no bar cerveja. Morna. O homem do "Times" deitou-se no chão. O gerente veio ter com ele. E traduziram-lhe. Que se sentasse que aquilo era um hotel. Deu uma gargalhada de inglês. ■

Luís Pedro Nunes

Comércio com Angola

A QUEBRA nas trocas comerciais entre Portugal e Angola tem vindo a acentuar-se ao longo de 1993. Os dados disponíveis para o período de Janeiro a Abril deste ano indicam descidas dos valores das importações e das exportações da ordem dos 96,5 por cento e 50,4 por cento, respectivamente. A suspensão dos embarques de petróleo com destino a Portugal constituiu o principal motivo da descida drástica das importações. Entretanto, tem vindo a crescer significativamente a dívida angolana para com Portugal, sendo esperada para breve a deslocação de uma delegação do Banco de Portugal a Luanda com o objectivo de proceder à respectiva renegociação. ■

PÚBLICO, 5 8 93

Angola

A vida no Huambo

PÚBLICO, 9 8 93

A OPOSIÇÃO armada angolana, que funcionou durante anos sem circulação de moeda, utiliza agora no Huambo o kwanza oficial emitido pelos seus adversários de Luanda, a fim de fazer funcionar a administração que deseja alargar às zonas sob o seu controlo.

"O kwanza circula por toda a parte e, nesta fase, devemos contar com ele", explica o governador da cidade, Jerónimo Elavoko Wanga, igualmente coordenador da administração central da UNITA em todas as regiões ocupadas.

"É a primeira vez que administramos uma cidade como o Huambo", sublinha este antigo condiscípulo de Savimbi na escola primária e no Ensino Superior.

O Huambo, segunda cidade de Angola, foi conquistado há cinco meses pelas forças rebeldes, depois de 55 dias de violentos combates que o devastaram e que fizeram, segundo as contas oficiais, 12.000 mortos.

"Desejamos criar uma administração em todas as regiões que controlamos no Sul, Centro e Norte do país", precisa o governador do Huambo, segundo o qual 13 departamentos administrativos formam uma espécie de Governo, desde a Agricultura às Relações Exteriores.

Os responsáveis da UNITA pensam aplicar em breve impostos sobre certos serviços públicos, que recomeçam lentamente a funcionar, e impostos sobre certas pequenas indústrias, quando elas arrancarem. Mas negam querer um verdadeiro Estado na perspectiva de uma partilha eventual do país.

"O nosso objectivo é uma Angola unida", sublinha o governador, para quem um sistema federal seria o ideal a longo prazo.

Elavoko Wanga viveu 23 anos fora de Angola, antes de voltar em 1991, a pensar que "a paz ia chegar", em particular com as eleições. Ganhas no ano passado pelo MPLA, os resultados foram contestados pela UNITA, que fala de "fraude maciça" e de "conspiração" de certas potências.

Os combates foram retomados no fim do ano, com uma intensidade que tem crescido nas últimas semanas e cada uma das partes a acusar a outra de estar na sua origem. O Huambo está a ser bombardeado desde a passada segunda-feira, mas a população tenta fazer uma vida normal.

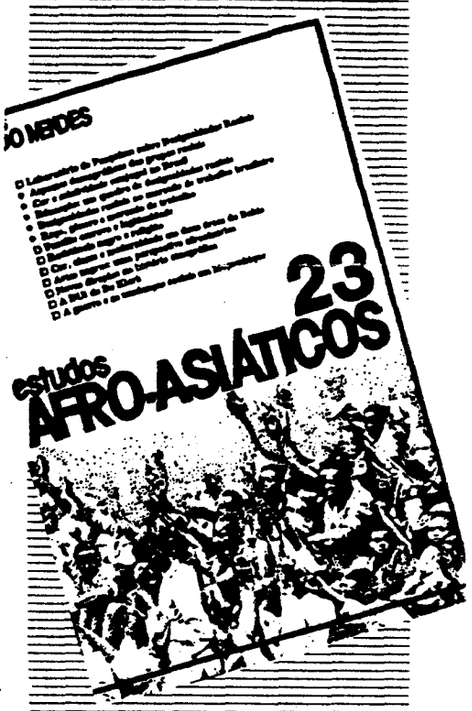
O mercado mantem-se activo, enquanto a dezenas de metros árvores cortadas e manchas de sangue no solo recordam que a guerra continua. Há fruta, legumes, carne e milho, mas faltam sal, sabão e óleo, enquanto a gasolina e os medicamentos vão escasseando.

O dólar é livremente trocado na rua e vale 7000 kwanzas. ■

Marie Johannidis, da France Presse

FAÇA
LOGO
SUA
ASSINATURA

LIGUE
531-2000
RAMAL 259



Raptado o bispo do Cuíto

PÚBLICO, 9 8 93

A RÁDIO Nacional de Angola disse ontem que "elementos afectos à UNITA raptaram o bispo do Cuíto, D. Pedro Luís António, e os cidadãos que haviam procurado refúgio na sede episcopal", incluindo uma dezena de portugueses, que tal como os restantes foram levados para local desconhecido.

Entretanto, o Huambo, 180 quilómetros a ocidente do Cuíto, voltou a ser bombardeado pela aviação governamental, que lançou quatro bombas de 250 quilos e dois "rockets" num bairro suburbano chamado Fátima, ferindo várias pessoas e destruindo algumas casas, conforme reportagem da France Presse (ver pág. 9).

"A UNITA ocupa a maior parte do Cuíto e já só há combates na rua principal e em Cunje, a uns cinco quilómetros, perto da linha do caminho-de-ferro" — indicou ontem de manhã, no Huambo, um general daquele partido, António Manuel Urbano, "Cassanha". Segundo ele, os rebeldes também procuram "asfixiar" Menongue e Malanje, cortando as suas vias de abastecimento antes de eventualmente as ocuparem. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. **Edição:** Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). **Apoio:** Fundação Ford. **Produção Gráfica:** Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). **Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à** (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): **Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. – Assinatura anual:** *Instituições internacionais:* US$ 250.00; *Instituições nacionais:* US$ 200.00; *Pesquisadores:* US$ 100.00 (Dólar comercial). *We ask exchange.*

M 5978
F 10010